



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES

PLANO DE ATIVIDADES DA FENPROF PARA 2024

A demissão do Primeiro-Ministro, em 7 de novembro de 2023, e a sequente decisão do Presidente da República de dissolver a AR após a aprovação do OE, marcando eleições para 10 de março de 2024, introduziu um novo quadro de expectativas no panorama político nacional.

O 14.º Congresso da FENPROF, realizado em maio de 2022, definiu que este era o **Tempo de ser Tempo dos Professores** e traçou os objetivos centrais da luta reivindicativa para os anos seguintes, nomeadamente, a recomposição e valorização da carreira, o combate à precariedade, a melhoria das condições de trabalho, a aposentação, o rejuvenescimento da profissão docente e a democratização da gestão das escolas e das instituições de ensino superior.

E, de facto, 2022 e 2023 foram anos de intensa luta dos docentes e investigadores em ações próprias da FENPROF, em convergência com outras organizações sindicais de docentes e trabalhadores científicos e também no âmbito do movimento sindical unitário que integra, designadamente a CGTP-IN e a FCSAP.

Em 6 de setembro de 2023, no Encontro Nacional de Quadros da FENPROF realizado em Lisboa, foi reconhecida a importância das lutas já efetuadas, do grande envolvimento dos docentes nestas lutas e da disponibilidade sempre demonstrada pela FENPROF para a negociação. No entanto, reconheceu também o Plenário que faltaram soluções, concluindo-se que, apesar da luta não ter sido em vão, a obstinação do governo impediu a obtenção de resultados mais significativos.

Neste Encontro Nacional, foi aprovada uma resolução que apontava um conjunto de iniciativas para 2024, se a proposta de Lei do OE, prestes a ser conhecida, não desse resposta aos problemas das escolas e dos seus profissionais, o que se confirmou.

Sem uma calendarização pormenorizada de iniciativas, o plenário considerou que 2024 seria ano de luta, com reuniões e plenários em todo o país, procurando, através do debate, da consulta e da tomada de posição, definir, com os professores, as formas de luta a desenvolver até final do ano letivo.

O ano de 2024, mesmo com a incerteza do cenário político que sair das eleições de 10 março, será sempre um ano de mobilização e luta dos professores.

Uma luta que terá como grande centralidade o aumento do financiamento público da Educação, que entendemos ser urgente e essencial para o futuro do país, pois só dessa forma será possível garantir a valorização das condições de trabalho dos profissionais do setor, independentemente da tutela, assegurando também que a escola portuguesa cumpra, com qualidade, a missão que lhe está atribuída.

É nesse sentido, e com o propósito de continuar a luta pela resolução dos problemas que afetam a escola e a profissão docente - porque nunca abdicaremos de exigir uma Escola Pública de qualidade -, que, em vésperas de uma nova legislatura e de um novo governo, a FENPROF elenca o que considera indispensável para reverter esta situação, propondo-se continuar a lutar por:

Recompor a carreira, garantindo, finalmente, o direito dos docentes a uma carreira digna e valorizada, o que exige a contagem integral do tempo de serviço cumprido, a revogação das vagas para progressão a alguns escalões e a eliminação das quotas que provocam graves injustiças na avaliação;

Atualizar os salários, recuperando as perdas acumuladas por força da inflação, questão fundamental, também, para resolver o problema da falta de professores em algumas regiões;

Eliminar a precariedade e todo o tipo de discriminação de quem se encontra contratado a termo;

Regularizar os horários e melhorar as condições de trabalho em geral, incluindo a diminuição do número de alunos por turma;

Criar um regime específico de aposentação dos docentes aos 36 anos de serviço (de imediato, e transitoriamente, aos 40, sem penalizações);

Criar um regime de mobilidade por doença que proteja quem necessita e assegurar a aplicação, nas escolas, da legislação sobre Segurança e Saúde no Trabalho;

Reverter a municipalização;

Democratizar a gestão das escolas e acabar com os mega-agrupamentos;

Garantir uma formação de docentes de qualidade em todas as suas modalidades (inicial, contínua e especializada);

Criar grupos de recrutamento, de acordo com o que tem vindo a ser reivindicado, designadamente de Teatro e Expressão Dramática ou de Intervenção Precoce;

Valorizar a contratação coletiva no Ensino Particular e Cooperativo, IPSS e Misericórdias, exigindo também a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho relativa à caducidade das convenções coletivas e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador;

Exigir a atualização do financiamento das turmas do ensino profissional particular, equiparando-o aos custos das turmas das escolas públicas;

Exigir a alteração do modelo atual de financiamento do ensino artístico especializado, tendo em consideração as habilitações profissionais e antiguidade do corpo docente;

Desbloquear a carreira das/os educadoras/es de infância a exercerem funções em creche no setor social, eliminando assim a discriminação face aos colegas a exercerem funções no pré-escolar;

Reforçar a autoridade dos docentes, criando condições para combater a indisciplina, evitar a violência e elevar o prestígio social da profissão;

Exercer plenamente os direitos sindicais, desde o direito de reunião ao direito à greve que, com manifesta falta de sentido democrático, vários governos têm posto em causa, tendo sido necessário o recurso aos tribunais, em diversas situações, para que se repusesse a legalidade.

No setor do ensino superior e investigação, o ano de 2024 será também, independentemente do resultado das eleições de 10 de março, um ano de mobilização e luta dos professores e investigadores, pela resolução dos problemas dos trabalhadores e das instituições, que continuam e se agravam, na sequência da falta de soluções e negociação por parte do governo, apesar da insistência da FENPROF, e de um OE que não trouxe respostas nem sérias nem adequadas.

Neste setor, o próximo ano deverá trazer a negociação de vários diplomas com enorme impacto na vida dos professores e investigadores, mas, também, no desenvolvimento do próprio sistema de ensino superior e investigação.

Em primeiro lugar, a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), em particular no que concerne à democracia, à participação e à colegialidade nas universidades, politécnicos e centros de investigação. Muito importante é combater a visão de caráter gestor que quer aprofundar o regime fundacional, retirando as Instituições de Ensino Superior (IES) do perímetro contabilístico do Estado, e defender uma outra visão que acentue que o desenvolvimento do sistema só pode assentar numa vivência democrática que permita uma participação efetiva das diversas comunidades, conforme a FENPROF há muito vem defendendo.

A revisão do RJIES não pode ser desligada de outra legislação conexa que também urge ser revista, tal como os Estatutos das carreiras docentes e de investigação científica, ou criada, no caso da regulamentação das carreiras do pessoal docente e de investigação dos estabelecimentos de ensino superior particulares e cooperativos. Estes processos serão muito importantes para avançar no processo de convergência das carreiras do universitário e politécnico, desde logo as desigualdades salariais e de carga letiva ainda existentes, mas também para implementar mecanismos que efetivamente permitam aos docentes e investigadores terem as suas carreiras, algo que hoje em dia é visto apenas como uma miragem longínqua dado o muito insuficiente número de concursos que têm sido abertos para as categorias de topo das carreiras a par do continuado bloqueio das progressões salariais.

Contudo, o principal obstáculo ao desenvolvimento do ensino superior e da ciência reside no subfinanciamento do sistema, que se traduz não apenas numa incapacidade das instituições fazerem face aos custos de funcionamento e aos investimentos necessários ao desenvolvimento do sistema, mas também na continuação de um caminho de generalização da precariedade de docentes e investigadores, o que constitui uma grave violação dos direitos de quem trabalha e na perda acentuada do seu poder de compra. De ressaltar que os docentes do ensino superior e os investigadores das instituições públicas foram os que mais perderam poder de compra em Portugal: cerca de 30% desde 2009! Por esta razão, a reivindicação de uma justa atualização das tabelas salariais será também uma prioridade da ação da FENPROF em 2024.

O combate à precariedade laboral no ensino superior e na ciência será também reforçado junto das instituições e do governo, mas também na rua, com o propósito de se conseguir a mais que justa integração nas carreiras de todos os “falsos” docentes convidados e dos milhares de doutorados com diversos vínculos precários, a transformação de todas as bolsas de investigação em contratos de trabalho e a extinção do estatuto do bolseiro de investigação. Neste contexto, destacam-se os milhares de investigadores cujos contratos a termo terminam em 2024 e nos anos seguintes.

A FENPROF assumirá, como sempre fez, a sua responsabilidade de organizar e dinamizar todo o processo de luta, demonstrando, mais uma vez, a capacidade de, com os seus sindicatos, rapidamente se adaptar a novos contextos, mantendo sempre uma forte intervenção sindical.

Continuará a desenvolver uma ação sindical centrada nas escolas e nas instituições de ensino superior e ciência e, paralelamente, no plano interno, a dinamizar a sua estrutura, nomeadamente ao nível dos seus departamentos e frentes de trabalho.

A FENPROF continuará, também, a desenvolver outras iniciativas, muito importantes para a projeção da imagem da FENPROF e a sua afirmação junto dos professores e investigadores, como o Prémio Literário Urbano Tavares Rodrigues/Prémio de Poesia António Gedeão ou a Corrida Nacional do Professor e da Educação.

No âmbito da Formação Contínua, a criação do Centro de Formação José Salvado Sampaio em 2021, em articulação com os vários sindicatos da Federação, tem cumprido com êxito o seu propósito geral de intervenção, na promoção de ações de formação contínua de docentes. Em 2024, o CF-JSS, promove o terceiro ciclo de debates, disponibilizando, como tem sido seu timbre, formação creditada e de qualidade a milhares de docentes.

Reforçar a relação e cooperação com o MSU é também um dos propósitos da Federação e, nesse sentido, continuará a procurar plataformas de ação que permitam lutas comuns. Destaca-se, neste ano de 2024, a participação da FENPROF e dos seus sindicatos no XV Congresso da CGTP-IN, que decorrerá em 23 e 24 de fevereiro.

Sendo 2024 o ano das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, a FENPROF procurará assinalar esse acontecimento com a importância que ele merece. Foi a Revolução que permitiu o direito universal à Educação e ao Ensino, sendo a Escola Pública o garante da sua concretização. Foi também conquista de Abril o direito à constituição dos sindicatos de professores, não corporativos, e o direito ao exercício da liberdade sindical.

Será, pois, em torno destes eixos, que a FENPROF promoverá um conjunto de iniciativas ao longo de todo o ano letivo e por todo o país, envolvendo-se e coorganizando outras com parceiros da comunidade escolar e da comunidade educativa, do movimento associativo e popular, nas escolas e nas instituições de ensino superior e ciência e fora delas.

No âmbito da solidariedade internacional e do relacionamento institucional com organizações de outros países, a FENPROF continuará empenhada em reforçar o seu envolvimento nas estruturas internacionais que integra: na Internacional da Educação, em cujo Comité Executivo a Federação tem assento; no Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE/IE Europa) e em dois dos seus conselhos consultivos, o Comité Consultivo do Ensino Superior e da Investigação, e o Comité para a Igualdade; na Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC), de cuja Direção Executiva também faz parte; e ainda na Confederação Sindical da Educação dos Países de Língua Portuguesa (CPLP-SE), em cuja criação a FENPROF teve um papel determinante, integrando atualmente o seu Secretariado Permanente. Para além da participação nestas estruturas, a FENPROF continuará a valorizar relações bilaterais com sindicatos com os quais coopera há muitos anos.

A proposta de orçamento para 2024 tem como propósito realizar uma gestão muito rigorosa dos recursos disponíveis, de forma a garantir os meios necessários ao desenvolvimento do intenso trabalho que se propõe realizar, nomeadamente ao nível da intervenção, participação e mobilização dos docentes e investigadores, no quadro das responsabilidades e da força que a FENPROF tem, que a distingue de tantas outras organizações sindicais existentes no nosso país e a tornou e mantém como maior e mais representativa organização sindical de docentes e investigadores em Portugal.

Lisboa, 3 de fevereiro de 2024

O Conselho Nacional da FENPROF